

# Educação e Cultura: jogar em todos os tabuleiros

Luís Capucha

Um dos sociólogos mais lidos da actualidade, Manuel Castells, fala-nos das vantagens das modernas organizações em rede sobre as velhas organizações de carácter mais pesadas de tipo piramidal. Sublinha Castells que a organização em rede permite mobilizar recursos mais diversificados e uma capacidade de adaptação à mudança (característica essencial nos tempos que correm) muito mais ágil. Desde os exércitos até às empresas, passando naturalmente pelas organizações públicas, como sejam as instituições do Ministério da Cultura ou do Ministério da Educação, a organização em rede oferece uma enorme vantagem sobre essas outras formas de organização mais tradicionais, hierarquizadas e rígidas.

Naturalmente, para existirem redes é preciso que existam os pontos nodais, quer dizer, as zonas onde se interseccionam os agentes em interacção. Um desses pontos é, no que respeita aquilo que aqui nos trás, a escola, ou melhor, as escolas, que são, gostaria de salientar, as principais instituições de referência cultural na actualidade. Quer dizer, se há nas nossas sociedades alguma instituição emblemática no plano cultural, e em particular no que respeita à cultura oficial, cultivada, essa instituição é sem dúvida nenhuma a escola. Porque, como se sabe, a escola não se limita a transmitir saberes, também determina atitudes, inculca e legitima valores, influencia maneiras de pensar, de agir, de estar, que, na ausência de uma intervenção correctora, configuram padrões culturais típicos da cultura dominante.

É por isso mesmo que o papel da escola hoje em dia é crítico. Como diria Bourdieu, a questão está em saber se a escola se institui em mecanismo de reprodução das desigualdades culturais, e daí sociais e económicas, precisamente tratando todos os alunos como se possuíssem os códigos de descodificação da sua própria cultura erudita, de modo a apropriarem-se dos conteúdos que transmite de forma igual para todos, ou se, pelo contrário, como entendemos que deve ser, a escola se torna um referencial da democracia cultural, entendida num duplo sentido: o modo como promove o acesso de todos ao património cultural comum (ou o capital cultural mínimo) a que qualquer cidadão tem direito; e o modo como a própria escola, instituição certificadora do valor cultural das culturas, legitima ou não, para além dos saberes mais consagrados, também outro tipo de conhecimentos e competências características das culturas populares e das indústrias culturais. Há, a respeito da relação entre escola e a cultura, três conjuntos de indicadores que nos devem fazer reflectir. Um primeiro (indicadores de resultado) tem a ver com o sucesso ou insucesso escolar. A retenção, o abandono, os resultados escolares, que parecem estar a melhorar no nosso país, são um sinal inequívoco do modo como a escola está ou não está a cumprir o seu papel de instrumento de aquisição do capital mínimo de cultura que é um direito de todos.

Depois há indicadores de impacte da actividade escolar. Os indicadores que têm sido mais salientados nos últimos tempos são aqueles que dão conta dos efeitos do crescimento da escolaridade na produtividade e na competitividade das economias. Tudo indica que o capital cultural incrementa a prosperidade económica.

Mas há outros indicadores relevantes. Eu creio que a relação da população com o seu património, traduzida por exemplo no número de visitas aos museus, aos sítios arqueológicos e aos sítios com interesse patrimonial são obviamente indicadores dos impactos da escolaridade na distribuição do capital cultural. Quanto menores os níveis de escolaridade, mais reservada às elites será a apropriação dos bens colectivos na área do património e da cultura.

É por isso que a educação artística tem uma importância grande, que efectivamente lhe deve ser reconhecida.

O Ministério da Educação tem feito nesse campo um esforço assinalável. Sem dúvidas pode melhorar, mas não pode ser negligenciado ou minorizado.

Em primeiro lugar, o Ministério da Educação inclui nos currículos o tema das diversas expressões, bem como o tema do património, desde o primeiro ao último ano do ensino básico. Nalguns segmentos do sistema oferece a possibilidade de especialização quer vocacional, quer genérica, para acesso a cursos do ensino superior ao sector dos estudantes que pretende profissionalizar-se no domínio das artes e da cultura.

Para além disso financia directamente, de uma forma significativa, estruturas culturais de inegável interesse nacional, como Orquestras Metropolitanas no Algarve e em Lisboa, a Casa de Belgas, Conservatórios, escolas de artes, entre outras. Este é um contributo que reputo como importante. Trata-se de produzir os produtores artísticos e os difusores dos bens mais preciosos e raros da cultura. Enfim os produtores da excelência cultural.

A escola tem um papel que vai para além disso, que está inscrito na matriz curricular e nas melhores práticas da vida quotidiana das escolas. Refiro-me, insistindo neste ponto, à promoção do acesso universal de todas as crianças aos bens da cultura, quer por via da abordagem destas matérias nos currículos, quer por via do desenvolvimento de projectos específicos que não têm como destinatários os alunos já convertidos, mas envolvendo alunos que de outro modo se veriam excluídos da fruição dos bens culturais que são de todos, de formas por vezes muito imaginativas e criativas. É um segundo contributo relevante, a que voltaremos mais à frente.

Um terceiro contributo, que aqui não se pode senão resumir, tem a ver com as artes enquanto instrumentos didáctico-pedagógicos para a educação noutros campos. Sabe-se hoje que as artes constituem instrumentos poderosos do ponto de vista didáctico e que muitas vezes alunos que rejeitam o ensino mais tradicional, fazem progressos notáveis quando a relação pedagógica utiliza essa ferramenta que são as “expressões” e as artes.

Regressemos ao tema deste painel e falemos das parcerias. A escola faz tudo o que foi referido, mas fá-lo-á provavelmente bastante melhor se tiver parceiros na sociedade civil e noutros organismos da administração pública, local ou central, empenhados e co-responsabilizados pela educação.

Há que dizer a este respeito que nas actuais condições não faz sentido a “desescolarização” do ensino. Essa ideia dá a impressão de que a escola é em si mesma, e por definição, uma coisa má. Ora, a escola só é má se estiver fechada sobre si própria, se for uma instituição tradicionalista, encerrada nos seus próprios atavismos, resistente à mudança, resistente à inovação. Mas a escola não tem que ser necessariamente assim.

A escola pode ser diferente e se há alguma coisa a fazer é reforçar o seu papel enquanto parceiro de projectos de educação artística.

Nesse sentido em vez de “desescolarizar” o que temos é de reforçar as escolas e a sua capacidade para interagir de uma forma positiva com os seus parceiros do campo artístico e patrimonial.

Isso é necessário para, como já foi dito, desenvolver de forma universal as competências de leitura, de escrita, de expressão oral, de cálculo matemático, de conhecimento do mundo, mas também para criar hábitos de frequência de espaços de produção e consumo cultural, como o teatro, o cinema, os sítios com valor arquitectónico, patrimonial ou histórico, de visitar museus, enfim, de fruir com os diversos espaços da cultura.

Nesse sentido, o Ministério da Educação irá lançar já em 2008 um programa de grande abrangência com o objectivo de chegar ao maior numero possível de escolas, e não apenas às escolas já convertidas, como foi feito, com impacto reduzido, noutros casos. Pretende-se também chegar ao maior número possível de espaços de cultura e não apenas àqueles que já estão apetrechados para receber alunos e professores sensibilizados.

Visa-se, portanto, montar um programa que vá para além daqueles que já são públicos convertidos às ofertas culturais (isto é, os que possuem à partida maior capital cultural), promovendo a democracia cultural nas nossas escolas, traduzido numa das suas vertentes, a do acesso universal aos bens culturais. Um programa que se já capaz de funcionar como um detonador de uma mudança generalizada e sustentável das atitudes dos nossos jovens face à cultura.

Trata-se de assegurar que todas as escolas que assim o entendam possam desenvolver o seu projecto de contacto com estruturas, serviços e lugares tutelados pelo Ministério da Cultura. E de estimular as escolas a apelar aos agentes culturais para que desenvolvam no seu interior actividades que sensibilizem para a cultura.

Com isso estaremos a atingir a população em geral. Na verdade, os jovens como se sabe, não são apenas educados, mas também educam. Veja-se por exemplo a área do ambiente e o papel muito importante que desempenham na educação dos pais, a partir do que aprenderam na escola.

Por ultimo, queria dizer que também o Ministério da Educação tem um valiosíssimo espólio patrimonial, que evoca uma boa parte da história de vida de cada um de nós. Esse património distribui-se pelas escolas e pelas estruturas do ministério. Também o espólio patrimonial educativo pode ser objecto de fruição por parte dos públicos que já abandonaram a escola e que nós gostávamos muito que voltassem, porque se nós temos uma prioridade para com os nossos públicos jovens, temos uma outra prioridade para com a população adulta menos escolarizada. Provavelmente, o regresso aos objectos e aos locais em que se projectam velhos afectos pode ser um bom estímulo para trazer de novo a população adulta à escola o que é, creio eu, uma absoluta prioridade nacional.